

## PCC: Ações e Continuidade da Expressão da Violência Política no Mundo do Crime<sup>1</sup>

*PCC: Acciones y Continuidad de la Expresión de la Violencia Política en el Mundo del Crimen*

*PCC: Actions and Continuity in the Expression of Political Violence in the World of Crime*

Luciana Moretti FERNÁNDEZ<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo aborda a violência programática no *mundo do crime* como problema de comunicação política enraizado em contextos de violência social estruturante, atravessados pelo narcotráfico. A formulação do problema considera dimensões da vida do sujeito inserido no *mundo do crime*, fora ou dentro do sistema prisional, tendo a comunicação como interface e prática social, bem como dimensões políticas, presentes nos conflitos e nas negociações com o poder público e a sociedade. Os resultados, apresentados em um mapa situacional, indicaram semelhanças e continuidades, tanto na estruturação do PCC e nas ações de pressão e negociação durante os conflitos em São Paulo em 2006, como nas mensagens expressadas na apologia do crime, indicadoras da formação dos novos contingentes do narcotráfico.

**Palavras-chave:** Comunicação política; Apologia do crime; PCC; Violência política; Esfera pública.

### Resumen

Este artículo trata de la violencia programática en el *mundo del crimen* como problema de comunicación política en contextos de violencia social estructurante, atravesados por el narcotráfico. La formulación del problema considera la vida del individuo inserto en el *mundo del crimen*, fuera o dentro del sistema correccional, siendo la comunicación interfaz y práctica social, así como dimensiones políticas, presentes en los conflictos y negociaciones con el poder público y sociedad. Los resultados, presentados en un mapa situacional, indican semejanzas y continuidades tanto en la estructuración del PCC y acciones de presión y negociación durante los conflictos en São Paulo en 2006, como en los mensajes de la apología del crimen, indicadoras de la formación de nuevos contingentes del narcotráfico.

**Palabras clave:** Comunicación política; Apología del crimen; PCC; Violencia política; Esfera pública.

1 Artigo apresentado à nona edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná.

2 Doutoranda em Interfaces da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005), com especialização em estudos pós-modernos (Pragmatismo Linguístico e Construcionismo Social – 2012) e graduação em Publicidade e Relações Públicas pela Universidad Complutense de Madrid (1996) e em Psicologia (UNED – Espanha). Atuação acadêmica em violência política e terrorismo, comunicação política, sistemas humanos e sistemas linguísticos (pragmatismo linguístico e naturalismo pragmático). E-mail: [morettif.luciana@gmail.com](mailto:morettif.luciana@gmail.com)

### Abstract

This article discusses the programmatic violence in the *world of crime* as a political communication problem rooted in structuring social violence contexts crossed by drug trafficking. The problem definition considers the life of the individual within crime, outside or inside the prisons, taking communication as interface and as social practice, as well as political dimensions, present in conflicts and negotiations with government and society. The results, showed in a situational map, indicated similarities and continuities both in the structuring of the PCC and in the pressure tactics and negotiations during the conflicts in São Paulo in 2006, and in the messages of apology for crime, flagging the formation of new drug trafficking contingents.

**Keywords:** Political communication; Apology for crime; PCC; Political violence; Public sphere.

### Introdução

Este artigo aborda a violência programática no *mundo do crime* como problema de comunicação política enraizado em contextos de violência social estruturante, como são as periferias urbanas brasileiras nas quais o narcotráfico está instalado. A formulação do problema inclui dimensões da vida em sociedade, onde a comunicação é interface e prática social, bem como dimensões políticas que dizem respeito a negociações inscritas em materialidades e universos simbólicos em tensão, que envolvem “busca, legitimação ou manutenção do poder” (MATOS, 2009, p. 114).

Aqui, abordo o posicionamento do PCC (Primeiro Comando da Capital) em dois momentos: nos ataques a São Paulo em 2006 e nas continuidades da preparação de novas gerações no crime. Os acontecimentos de 2006 adentraram a esfera pública envolvendo explicitamente o governo de São Paulo e a mídia. Os ataques, estruturalmente relacionados a uma política de encarceramento massivo em condições precárias, são a ponta de um *iceberg* cujo corpo se constitui nas dinâmicas em torno de atividades ilícitas, no qual a desigualdade social condiciona a reprodução da violência e o acesso ao *mundo do crime* como forma de vida e de posicionamento político.

O estudo dos acontecimentos de 2006 levaram-me a perguntas sobre as conexões entre o mundo carcerário e a disposição para responder às vozes do *comando* nas ruas. Essas vozes estão presentes no estatuto, em manifestos e na comunicação política que flui onde o PCC está presente. A busca dessas vozes levou-me aos vídeos de apologia do crime como continuidade à minha pesquisa, e à identificação da apologia do crime como terreno analítico e da violência programática como eixo importante no *mundo do crime*.

Chamo de violência programática à violência orientada a destinatários previamente nomeados, servindo a objetivos prescritivos com conotações políticas, como as narrativas dos

comandos que atuam como organizadores sociais nas periferias urbanas brasileiras. O termo “programática” denota regimes de práticas e programas de conduta com efeitos prescritivos a respeito do que deve ser feito e efeitos de codificação sobre o que deve ser conhecido (CLARKE, 2005, p. 53-54; FOUCAULT, 1991). De forma específica, refiro-me à violência no *mundo do crime* contra grupos rivais, autoridades e sociedade nas narrativas programáticas do PCC.

As taxas de homicídio do Brasil são das mais altas do mundo, com propulsor na população jovem. O ciclo de vida e mortalidade violenta revela que os homicídios disparam a partir dos 14 anos de idade, avançando de 9,2 homicídios por 100 mil habitantes para 69,3 aos 21 anos, com declínio posterior. Esses números superam os de países em conflito armado: entre 2008 e 2011, o total de homicídios no país (206 005 vítimas) ultrapassou os números correspondentes à soma dos 12 maiores conflitos armados no mundo entre 2004 e 2007 (GBAV, in WASELFISZ, 2014, p. 33).

A violência letal é a ponta do *iceberg* em contextos de violência estruturante em que operam, como organizadores, formações fluidas como o PCC e o Comando Vermelho, e onde a palavra crime vai além do que está sujeito à punição penal (BIONDI e MARQUES, 2010, p. 51). O *mundo do crime* pode ser entendido como um “conjunto de códigos e sociabilidades em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos” (FELTRÁN, 2008, p. 31). O envolvimento no crime apresenta-se como forma de vida, destacando os códigos e as formas de sociabilidade que atingem crianças e jovens brasileiros.

Os números brasileiros apontados e o recrutamento contínuo de soldados mirins motivaram a continuidade de minha pesquisa em torno das narrativas do crime. A articulação entre o mundo interno aos muros das prisões e o mundo das ruas foi o elemento que surpreendeu a sociedade brasileira nos ataques de 2006 do PCC em São Paulo (ADORNO e SALLA, 2007, p. 9). Atrás dos muros, dois projetos estão imbricados à razão de ser do PCC: o “projeto de paz entre os ladrões” e o “projeto de guerra com os policiais” (BIONDI, 2010, p. 161; MARQUES, 2008, p. 289). Fora dos muros, o engajamento em ações violentas politicamente orientadas poderia ser alimentado por processos de radicalização, visíveis nos conteúdos de apologia do crime, repetidos nos vídeos analisados.

Os ataques do PCC em 2006 não foram a primeira manifestação da dimensão política do *mundo do crime*. Contudo, a intensidade e a progressão dos acontecimentos daquele ano, que culminaram com a emissão de um manifesto em nome do PCC viabilizada por ameaças durante o sequestro de um repórter, situaram o problema na esfera pública conferindo ao PCC um lugar social e político. O formato e o *timing*, bem como o pronunciamento do manifesto sob as ameaças de morte de um refém, são comuns na violência politicamente orientada, tendo na cobertura midiática a garantia de acesso à esfera pública.

## Desenho e método

A pesquisa que origina este artigo é conduzida sob os princípios da Análise Situacional, proposta por Clarke (2005) para uma atualização metodológica e um giro discursivo na Grounded Theory, abordagem com longa tradição nas Ciências Sociais (GLASER e STRAUSS, 1967; STRAUSS e CORBIN, 1998; 2014; CLARKE, 2005). Na Análise Situacional, a unidade de análise é a situação em sua totalidade, construída por meio de mapeamentos com base no material empírico em um processo de coleta e análise guiado pelas necessidades apontadas pelo problema, em interação contínua com o pesquisador.

Por meio de mapas situacionais, é possível abordar a violência programática com suas complexidades, abrindo a versão simplificada das narrativas programáticas, configurando um terreno para análises fundamentadas. Os ataques do PCC em 2006 são considerados neste artigo enraizados no mapa situacional da Figura 1, construído empiricamente a partir de vídeos de apologia do crime e documentos como o manifesto do PCC veiculado por televisão, o estatuto, cartilhas e textos de salves que circulam na imprensa e na Internet. Ainda que não se possa determinar a autoria de todos os documentos, permitem compor os eixos das narrativas programáticas em nome do PCC, sendo relevantes em sua comunicação política.

O *corpus* utilizado está formado por vídeos de apologia do crime postados no YouTube. Esses vídeos tornaram-se conhecidos em 1999 quando o *Rap do Comando Vermelho*, que descreve a execução de um delator, chegou à imprensa. Dão visibilidade à comunicação periférica, aos discursos e às narrativas a respeito da guerra do tráfico, às disputas entre grupos, ao mundo dos roubos e furtos, à guerra contra a polícia e contra os poderosos<sup>3</sup>. Expõem os argumentos e os elementos que incitam o engajamento no mundo do crime como forma de vida, e na ação violenta como componente da atividade econômica ilícita e também como caminho para a visibilidade.

Para localizar os primeiros vídeos foram utilizadas as palavras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Os primeiros 20 vídeos foram selecionados por caminhada aleatória<sup>4</sup> (STEINER, 2012), servindo de sementes para a posterior amostragem teórica<sup>5</sup> e construção do mapa situacional que permitiu formular o conceito de violência programática, e para delinear o terreno analítico da apologia do crime e a situação empírica na qual as análises e as teorizações sobre os ataques de 2006 estão enraizadas.

---

3 Na apologia do crime, refere-se às autoridades e às classes economicamente abastadas.

4 Técnica de amostragem caracterizada por uma sequência de passos discretos a partir de um ponto de origem conhecido, distância constante entre cada passo e aleatoriedade na direção de cada movimento.

5 Na inferência abductiva, a amostragem não responde a critérios de representatividade e aleatoriedade: decisões sobre quais dados são relevantes e quanto seguir respondem às necessidades apontadas durante a interação com o problema.

## Resultados e discussão

Formações como o PCC e o Comando Vermelho surgiram nas prisões para enfrentar o poder público e para que os presos se unissem e se protegessem da violência praticada pelas autoridades. Com o tempo, passaram a controlar a violência entre os detentos, como extorsões, exploração, violência sexual e assassinato, e também a proteger seus membros oferecendo-lhes materiais de higiene, medicamentos, comida, advogados e proteção às famílias (SILVEIRA, 2007, p. 209). Paralelamente, o tráfico avançou no mapa da criminalidade, favorecendo associações com o fortalecimento de formações criminais.

A versão mais divulgada sobre o surgimento do PCC situa sua formação no início de 1990 (ADORNO e SALLA, 2007; BIONDI e MARQUES, 2010, p. 40, NUNES, 2011, p. 167), no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, à época o centro prisional mais seguro de São Paulo, conhecido por maus-tratos aos presos. Conforme o estatuto, o PCC foi criado para combater a opressão no sistema prisional paulista e vingar a morte dos 111 detentos no “Massacre do Carandiru”, maior centro de detenção da América Latina naquele momento. (ESTATUTO do PCC prevê rebeliões, 19/02/2001).

O PCC permaneceu desconhecido nos primeiros anos, período em que foi elaborado o estatuto, marcado por hierarquização e disputas, considerado por parte dos presos como um momento de “deturpação dos ideais” de combate à opressão. Foi um período de rebeliões e resgates, de violência para a expansão e consolidação, e de conquista de poder simbólico (NUNES, 2011 p. 166). A crueldade nas execuções e suplícios marcou a etapa de consolidação, e a decapitação tornou-se um símbolo do PCC em imagens veiculadas pela imprensa.

Contudo, foi com a megarrebelião de 2001 que o PCC tornou-se público. Anunciada no estatuto fundador, foi iniciada em um domingo, quando os pátios estavam repletos de visitantes. Envolveu 29 centros e foi uma das maiores da história das rebeliões prisionais, mobilizando cerca de 28 mil presos<sup>6</sup> e, no Carandiru, cerca de 5 000 reféns. As rebeliões acabaram com oito anos de atividades violentas de baixo impacto durante os quais as autoridades não reconheceram a existência do PCC. Foi a primeira demonstração de força (SALLA, 2007, p. 82), colocando em pauta não apenas as mazelas do sistema prisional, mas também a omissão e a conivência das autoridades frente à introdução de armas e celulares utilizados nas rebeliões.

A partir de 2002, a inclusão do princípio de Igualdade ao lema Paz, Justiça e Liberdade inaugurou uma nova era de combate às desigualdades no PCC (MARQUES e BIONDI, 2010, p. 61, BIONDI, 2010). Essa construção, junto à memória de que cumprir pena antes do PCC era mais difícil do que hoje, pela gestão dos conflitos entre detentos e pelas conquistas frente à administração penitenciária, ajuda a compor a disposição para a reprodução de um “comando

6 Dossiê sobre as rebeliões de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/rebeliao.shtml>>. Acesso em: 09/01/2015.

sem comando”, instalando um novo registro político (sobre a Igualdade, ver BIONDI, 2010).

Em 2006, os ataques e os atentados de maio, acompanhados de rebeliões em 74 centros prisionais, produziram um ponto de inflexão no posicionamento público do PCC. A campanha violenta culminou, em agosto, com o sequestro de um repórter da Globo e a veiculação televisiva de um manifesto dirigido à sociedade, à polícia e ao governo. Estabelece-se, com isso, um lugar claramente político para o PCC na esfera pública.

Apresentado por porta-vozes como o único meio para estabelecer diálogo com as autoridades e com a sociedade sobre a situação carcerária e penal, o manifesto do PCC foi exibido pelo plantão jornalístico da Rede Globo durante o programa Supercine. Um resumo do comunicado e a cobertura da crise foram reexibidos em horário nobre no domingo, no programa Fantástico (SEQUESTRO e sequelas, 15/08/2006).

Com a sigla PCC e a frase “pela injustiça do sistema prisional” ao fundo, o conteúdo político partiu da inconstitucionalidade dos castigos inaugurados pela introdução do Regime Disciplinar Diferenciado - RDD (LEI nº 10.792/2003). Dirigindo-se à sociedade e aos governantes, o PCC fez ameaças à polícia e ao governo exigindo o fim do RDD e agilidade nos processos penais (VEJA a íntegra do comunicado atribuído ao PCC, 13/08/2006).

Contrariando recomendações da polícia, a Globo veiculou o manifesto após consultar especialistas estrangeiros em gestão de riscos e segurança. Representantes da mídia no Brasil uniram-se em uma carta-manifesto de solidariedade à emissora, restando credibilidade ao governo na resposta à crise (SEQUESTRAM a Mídia 4, 14/08/2006). Depois de veiculado o manifesto, o RDD, principal dispositivo utilizado para combater o crime organizado nas prisões, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A importância da dimensão comunicacional de atos de violência política e seu potencial para mobilizar esferas públicas estão relacionados ao campo da comunicação política, que lida com relações de poder:

(...) os processos comunicacionais que envolvem a busca, a legitimação ou a manutenção do poder econômico, social ou político na vida da polis serão, por natureza, uma comunicação política (MATOS, 2009, p. 114).

Em revisões sobre a esfera pública e o processo de circulação de poder, Habermas (1997) retoma B. Peters, que organiza os contextos de atores sociais em círculos concêntricos. No modelo de Peters, ao centro estão os complexos institucionais dos quais participam atores que influem em negociações formais. No segundo nível estão esferas autônomas diretamente vinculadas ao governo, como organizações formais. No terceiro, mais periférico, estão organizações que coordenam domínios sociais não regulados, como ativistas e organizações informais. Nesse nível encontram-se os atores cívicos cujos processos deliberativos ficam limitados à formação

de opinião, sem que tenham poder sobre a tomada de decisões (MARQUES, 2008, p. 25).

Na periferia do sistema estão a mídia e as esferas civis, e nestas últimas, esferas públicas organizadas momentaneamente em torno de interesses comuns. Os processos de comunicação política circulam pelos níveis desse sistema de formação de opiniões e decisões, das conversações informais e cotidianas da sociedade civil, passando pelos discursos públicos e pela comunicação mediada, até os discursos institucionalizados nos centros de decisão. As formas que a comunicação política assume nesses contextos são muito diferentes (HABERMAS, 2008, p. 13).

Atualmente, o fluxo de informações entre cidadãos e atores políticos ocorre principalmente através da mídia. O reconhecimento midiático é uma das fontes de legitimidade para acesso à esfera de visibilidade e ao sistema democrático de decisões:

De um modo ou de outro, perde-se normalmente a distinção entre essas duas fontes de legitimidade de forma que facilmente o reconhecimento social se converte em reconhecimento midiático e, ainda mais frequentemente, o reconhecimento midiático se converte em reconhecimento social (GOMES, 2000).

Com a imprensa, os públicos e o governo nos vértices, Nacos (2003, p. 4) propõe um modelo de violência política centralizado na mídia em que, com ameaças e atentados, busca-se interferir no sistema de decisões. Considerando que o acesso às mídias não é igual para todos (alguns estão vetados, outros consideram insuficientes os mecanismos disponíveis), o atentado ou a ameaça surge como alternativa para visibilidade. O modelo descreve o aspecto propositivo e as metas instrumentais da violência política, orientadas a objetivos políticos: captar a atenção dos públicos, obter notoriedade e conquistar legitimidade para exposição de demandas.

Esse modelo poderia ser suficiente para compreender o formato de violência politicamente orientada adotado pelo PCC em 2006, mas não para a análise abrangente de sua comunicação nas comunidades locais. Os processos periféricos discutidos em Habermas estão enraizados em trocas cotidianas, contribuindo para a articulação e a reprodução da esfera pública como espaço social gerado no agir comunicativo, que assume as formas de esferas públicas menores, de fronteiras porosas, capazes de se conectar umas às outras, constituídas por meio da linguagem comum e ordinária (HABERMAS, 1992). Tais processos conquistam a esfera midiática quando se intensificam e seus conteúdos são considerados legítimos, portanto, passíveis de reconhecimento para influir em decisões.

As ações do PCC, com ameaças e pronunciamento de demandas do grupo assumindo ações violentas, reproduz um formato relacional no qual a violência é apresentada publicamente como o único caminho possível para que se seja ouvido pelo público e pelos governantes. Essa

assimetria empodera quem se posiciona como debilitado ou destituído, colocando o outro na posição de ceder às demandas ou arcar com o peso de ações letais.

A violência é apresentada como meio para fins teoricamente justos, buscando a legitimação do discurso e da ação em um regime no qual os fins justificam os meios. Quando essa relação conta com cobertura midiática, é inegável o potencial para reorganizar esferas de visibilidade pública, transformando não apenas as relações entre os perpetradores e seus públicos imediatos, mas potencialmente na sociedade.

No estatuto, o PCC posiciona-se explicitamente em associação com o CV, prevendo uma guerra sem fronteiras contra as autoridades e as prisões de São Paulo:

Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final. (ESTATUTO do PCC prevê rebeliões integradas, 19/02/2001).

O texto destaca a presença para além das prisões, a intenção de expansão e de constituir um braço armado na luta contra os poderosos:

O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora (...) à médio e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror “dos Poderosos” opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros [sic] (ESTATUTO do PCC prevê rebeliões, 19/02/2001).

Ainda que uma década tenha se passado entre a redação do estatuto e os episódios de 2006, o manifesto veiculado mantém a luta contra as autoridades. O sequestro, as ameaças de morte de um refém e a veiculação do vídeo com o manifesto e as reivindicações políticas são um meio, entre outros, no contexto programático da “guerra contra a polícia” e o governo. A violência politicamente orientada cabe como recurso, e o PCC utilizou um formato de comunicação típico do terrorismo político.

A comunicação política do *mundo do crime* não se circunscreve aos pronunciamentos e às ameaças às autoridades: habita também as periferias do sistema de decisões. Em áreas marginalizadas, ocorre em contextos violentos marcados por privações e humilhações sociais precoces e prolongadas, iniciadas na infância (SOUZA, 1993). Com efeitos de sombreamento e isolamento político (ARENDRT, 2007), e de solidariedade confinada, esses são contextos de violência simbólica com efeitos políticos (ver APPLEBY, 2009 para violência com consequências políticas).

O mapa a seguir foi construído com base em 20 vídeos de exaltação do crime, codificados segundo os procedimentos da Grounded Theory (CHARMAZ, 2014) e mapeamentos da Análise Situacional (CLARKE, 2005). A violência programática foi identificada como eixo da comunicação política no *mundo do crime*. Ao seu redor se configura o terreno discursivo da apologia do crime - arena para a interação de mundos sociais e para a comunicação que flui na exaltação e na doutrinação entre pares, ameaças entre oponentes, depreciação do inimigo, demanda às autoridades e expressão para o grande público.

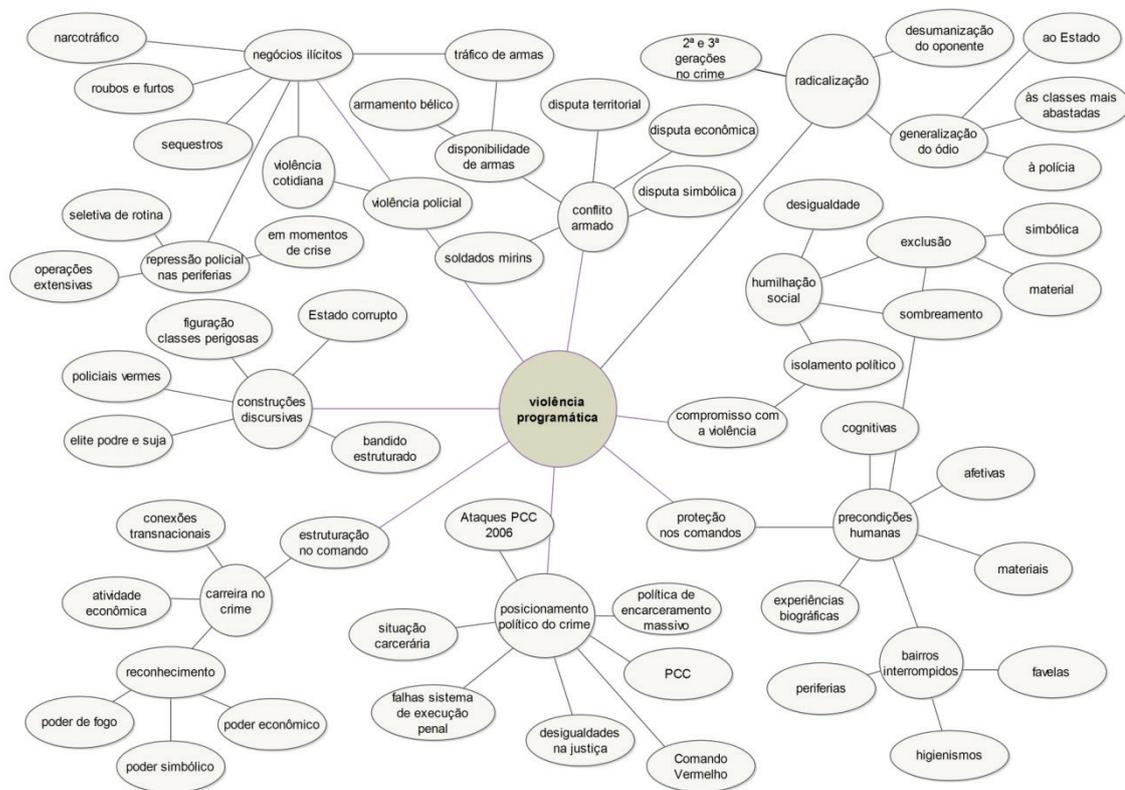


Figura 1: Mapa situacional com violência programática ao centro

Embora apresente o mapa na totalidade, destaco nesta análise as ações do PCC em 2006 como eventos de posicionamento político do *mundo do crime*, vinculados ao ambiente carcerário e ao processo de formação do braço armado. Por meio da violência programática, o posicionamento político relaciona-se à estruturação identitária nos comandos; ao compromisso com a violência da qual se é vítima, contribuindo com sua reprodução no isolamento político; a processos de radicalização que afetam segundas e terceiras gerações no crime; à utilidade econômica dos negócios ilícitos; ao conflito armado não declarado e à preparação de soldados do crime, entre outros.

As ações do PCC em 2006 foram uma projeção na esfera pública de um fenômeno

enraizado nas relações cotidianas e ordinárias. Na cúspide, apresentam-se como ações de impacto que capturam a cobertura midiática com demandas, envolvendo o governo e a mídia. Na base, inserem-se na comunicação política em esferas menores, incluindo a arena da apologia do crime, em processos sugestivos de radicalização. A desumanização do inimigo, a exaltação dos comandos e a blindagem cognitiva e afetiva dos soldados fazem parte da preparação para uma guerra para além do tráfico. Nesse contexto, o projeto de guerra contra a polícia reverbera em meio a outros conteúdos programáticos que contribuem para a configuração da sociabilidade no crime.

Pode-se entrever, aqui, uma dimensão comunicacional da violência política que não pode ser confundida com a obtenção de publicidade para obter fins específicos. Para Jackson (2009), é a comunicação com seus públicos (não apenas publicidade) o que caracteriza o formato terrorista como expressão de violência política. Atores sem penetração social podem buscar publicidade para chegar a seus públicos. Este é o caso quando o PCC consegue a veiculação de seu manifesto depois de sequestrar um repórter.

Para atores estatais ou poderes paralelos, a publicidade não é necessária para que a mensagem de terror chegue aos destinatários. Sequestros, execuções, suplícios em lugares públicos são suficientes para que observadores locais saibam o que se quer comunicar, para quem e por quem (JACKSON, 2009, p. 13). Este é o caso na comunicação política do *mundo do crime* com comunidades locais, quando práticas e ações recaem na linguagem dos tribunais do crime. É também a linguagem da apologia do crime quando a proteção contra uma realidade hostil e violenta depende de fazer parte de um *comando*.

Delineia-se, assim, um quadro de violência social com efeitos políticos, julgamentos e execuções em tribunais do crime (ver FELTRÁN, 2010), a nomeação do terror como resposta contra os poderosos, a redescritção de si como membro do braço armado dos comandos, a desumanização do outro em referências desprezíveis (p. ex. vermes) e no tratamento (execuções e suplícios), a exaltação de feitos e personagens e até mesmo a sensação de proteção que se constrói em torno dos comandos configuram expressões de uma violência programática presente nas narrativas envolvendo o PCC. Os ataques de 2006 foram a manifestação de uma das caras da moeda.

### **Considerações finais**

Os ataques do PCC em 2006 contaram com a adesão das ruas, sinalizando processos sociais externos às prisões. A apologia do crime apresenta-se como arena para engajamento no comando como forma de vida, ultrapassando a dimensão econômica ou a guerra do tráfico. Nesse terreno, o conteúdo programático da “guerra contra os polícia” apresenta-se imbricado à violência programática, sendo um dos vetores na preparação e na reprodução de uma adesão

para o confronto em um ambiente com sinais de radicalização e ódio.

No mapa situacional da violência social à qual muitos brasileiros estão submetidos, os ataques do PCC em 2006 expressam o posicionamento político do crime, que, no terreno da apologia, é parte de um fenômeno de transmutação da busca de visibilidade, de segurança física e psicológica, de afiliação social, de recursos econômicos. Esses elementos estão relacionados a processos estruturantes nos quais firmam-se compromissos com a mesma violência da qual se é também vítima, em um mecanismo de reprodução e recrudescimento.

O sistema prisional brasileiro e suas mazelas são continuidades de processos sociais. No Brasil, a afiliação a grupos criminais não ocorre por laços baseados em elementos étnicos, raciais, de consanguinidade ou nacionalidade (MATOS, 2009; ADORNO e SALLA, 2007, p. 14). Pertencer a um coletivo *a priori* não parece ser a chave para essas relações: é na relação estabelecida no próprio exercício da criminalidade e nos contextos que favorecem a atuação do crime organizado que são gerados e fortalecidos esses laços.

Os acontecimentos de 2006, incluindo o manifesto, representaram um ponto de inflexão no registro político do PCC na esfera pública. Foram algo pontual que, criando um evento midiático, chamou a atenção para os problemas estruturais no sistema de execução penal, possibilitando que fossem feitas reivindicações sobre o sistema correcional, dando também visibilidade ao projeto de enfrentamento contra a polícia e as autoridades.

Em maio de 2006, a articulação entre as ruas e o interior das prisões chamou a atenção para uma disposição para atuar em nome do PCC, não para algo pontual. Isto sugere que os acontecimentos de 2006, e mesmo os enfrentamentos recentes entre o PCC e a polícia, responsáveis pelo incremento nos homicídios em São Paulo após anos em descenso, estejam relacionados a processos sociais mais amplos.

O projeto de guerra está presente nas narrativas de engajamento nos comandos. A violência programática ao centro do mapa apresentado explicita como as narrativas de guerra, articuladas à promessa de redescrição identitária pela estruturação no “braço nervoso” dos comandos, à desumanização do oponente e à blindagem afetiva e cognitiva são sugestivas de radicalização e preparação para uma guerra para além do narcotráfico, dirigida aos poderosos, às autoridades, à sociedade. Esses eixos buscam legitimidade para as demandas do PCC e reações contra injustiças sociais, retroalimentando a violência que no Brasil atinge significativamente crianças e adolescentes.

No discurso da apologia, a simplificação da violência se traduz no recrudescimento das ações e na radicalização do ódio contra o inimigo, especialmente os “vermes”, na exaltação dos comandos, do crime e seus feitos, e nas promessas de reestruturação e fortalecimento. Promessas que oferecem um lugar de blindagem e empoderamento simbólico no “braço nervoso”, pois as possibilidades de viver uma vida na qual a morte por causas violentas pode ser evitável, está

previamente interrompida para quem ingressa nesses mundos. Tem-se um caldo de cultura para estados de violência política.

O destinatário da apologia do crime é o contingente que, no Mapa da Violência (WASELFSZ, 2014) e no anuário do Fórum de Segurança Pública, entre outros documentos e dossiês, é formado pelas vítimas de morte prematura por homicídio. São os jovens, principalmente do sexo masculino, que aos 14 anos já têm “moral de cria” para ingressar nos comandos, muitas vezes filhos de segundas e terceiras gerações expostas às sociabilidades nas quais violência e crime estão no bairro, nas famílias, entre os amigos.

O recrudescimento e o crescimento da violência nas últimas décadas não estão isolados das práticas sociais. O mesmo se pode dizer do encarceramento massivo, ou do medo e da desconfiança que agem como separadores sociais. Assim é possível situar, também, um acontecimento que ultrapassa a normalidade, como os ataques do PCC. Por vias tortuosas, a apologia do crime oferece um *corpus* de elementos da reprodução da violência, elementos humanos como a raiva e a revolta, o desejo de bens materiais e de reconhecimento social, a necessidade de proteção e afiliação, e, acima de tudo, um lugar de empoderamento entre os pares, oponentes e a sociedade. Tudo isso, presente em cada um de nós, transmutado, como sugere Souza (2009), para o campo social do crime.

## Referências

ADORNO, S. e SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista de Estudos Avançados**, 21 (61). 2007. p. 7-29.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2014. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//8anuariofbsp.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

APPLEBY, N. Re-conceptualizing Political Violence and Terrorism. **BISA Conference**, Leicester University UK, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, K e MARQUES, A. Memória e historicidade em dois ‘comandos’ prisionais. **Lua Nova**, 79, 2010. p. 39-70.

CHARMAZ, K. **Constructing Grounded Theory**: A Practical Guide through Qualitative Analysis. London: Sage, 2014.

CLARKE, A. **Situational Analysis: Grounded Theory After the Postmodern Turn**. California: Sage, 2005.

ESTATUTO do PCC prevê rebeliões integradas. **Folha de São Paulo**, 19 fev. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

FELTRÁN, G. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de doutorado, Unicamp, 2008.

FELTRÁN, G. Crime e Castigo na Cidade: os Repertórios da Justiça e a Questão do Homicídio nas Periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador 23 (58), 2010. p. 59-73.

FOUCAULT, M. Questions of Method. In BUTCHELL, C. e MILLER, P. (Orgs.) **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**, Chicago: University of Chicago Press, 1991.

GLASER, B. e STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**. New Brunswick: Aldine Transaction, 1967.

GOMES, W. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. **COMPÓS**. 2000. Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Wilson2000.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In CALHOUN, C. **Habermas and the public sphere**, MIT Press, 1992, p. 421-161.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. 2008. “Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica.” *LÍBERO XI* (21) jun. 2008.

JACKSON, R. Critical Terrorism Studies: An Explanation, a Defence and a Way Forward. **BISA Conference**, Leicester University UK, 2009.

LEI nº 10.792, de 1.º de dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.792.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MARQUES, A. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **LÍBERO 11** (21), 2008. p. 23-36.

MARQUES, A. Faxina e pilotagem: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. **Lugar comum - estudos de mídia, cultura e democracia (UFRJ)** 25 (26), 2008. p. 283-290.

MATOS, H. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

NACOS, B. The Terrorist Calculus behind 9-11: A Model for Future Terrorism? **Studies In Conflict & Terrorism**, 26, 2003. p. 1-16.

NUNES, C. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. **Tese de doutorado**. Universidade de São Paulo, 2011.

SALLA, F. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública** 1 (1), 2007. Disponível em: <[http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=987](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=987)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SEQUESTRARAM a Mídia 4: ANJ, ANER e ABERT Protestam Contra Sequestro. Disponível em: <[http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas\\_noticias/2006/08/14/imprensa8003.shtml](http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2006/08/14/imprensa8003.shtml)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SEQUESTRO e sequelas. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entidades\\_defendem\\_um\\_basta\\_a\\_violencia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entidades_defendem_um_basta_a_violencia)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVEIRA, Pe. A realidade dos presídios na visão da Pastoral Carcerária: Entrevista com o Padre Valdir João Silveira. **Estudos Avançados**, São Paulo, 21 (61), 2007.

SOUZA, E. Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 9 (1), 1993.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: como é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STEINER, J. **The Foundations of Deliberative Democracy. Empirical Research and Normative Implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STRAUSS, A. e CORBIN, J. **The Basics of Qualitative Analysis: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Thousand Oak, CA: Sage, 1998.

VEJA a íntegra do comunicado atribuído ao PCC. **Folha de São Paulo**, 13 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124974.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2014: homicídios e juventude no Brasil**. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_AtualizacaoHomicidios.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Submetido em: 13/04/2015

Aceito em: 27/05/2015